

**XV PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO**

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**1. Acerca da competência no processo penal, assinale a alternativa correta:**

- a) A competência territorial no processo penal é absoluta, podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo.
- b) A competência no processo penal é fixada no momento do julgamento, com base no domicílio do réu.
- c) A competência por conexão ou continência pode modificar a competência territorial, reunindo processos perante um único juízo.
- d) O foro competente para julgamento dos crimes dolosos contra a vida é sempre o do domicílio do acusado.
- e) A incompetência absoluta no processo penal somente pode ser alegada pelo réu, mediante exceção declinatória de foro.

**2. Sobre as citações e intimações no processo penal, é correto afirmar que:**

- a) A citação por edital é a modalidade prioritária de citação no processo penal brasileiro.
- b) O réu preso deve ser citado pessoalmente, sendo nulo o processo caso a citação seja feita por edital sem o esgotamento das diligências para sua localização.
- c) A intimação do defensor constituído pode ser feita exclusivamente pela imprensa oficial, sendo vedada a intimação pessoal.
- d) A citação por hora certa é vedada no processo penal, aplicando-se somente no processo civil.
- e) O réu que, citado pessoalmente, não comparecer e nem constituir defensor, deverá ser novamente citado por edital antes de o processo prosseguir.

**3. No que se refere à sentença penal, assinale a alternativa correta:**

- a) A sentença absolutória no processo penal jamais produz efeitos civis, independentemente de seu fundamento.
- b) A sentença penal condenatória não pode fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, devendo o ofendido ajuizar ação cível autônoma.
- c) O juiz, ao proferir sentença condenatória, está obrigado a indicar o regime inicial de cumprimento de pena privativa de liberdade.
- d) A sentença de pronúncia, proferida no procedimento do Júri, equivale à sentença condenatória para fins de extinção da punibilidade.
- e) Fixado o valor mínimo de reparação dos danos na sentença penal condenatória, o ofendido poderá executá-lo diretamente no próprio juízo penal, dispensando o ajuizamento de qualquer ação no juízo cível.

**4. Acerca da liberdade provisória e da fiança no processo penal, é correto afirmar que:**

- a) A fiança, uma vez prestada, não pode ser cassada ou quebrada pelo juiz em hipótese alguma.
- b) Nos crimes inafiançáveis, é vedada a concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, devendo o acusado permanecer preso até o julgamento.
- c) Ausentes os requisitos que autorizam a prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, com ou sem fiança, impondo as medidas cautelares do CPP, se necessário.
- d) A autoridade policial pode conceder fiança somente nos crimes apenados com reclusão de até quatro anos.

- e) A fiança prestada é pessoal e intransferível, extinguindo-se automaticamente com a morte do afiançado sem qualquer restituição aos fiadores.

**5. Sobre a prisão domiciliar e as medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:**

- a) A prisão domiciliar pode ser decretada como medida autônoma, independentemente de prévia decretação de prisão preventiva.
- b) As medidas cautelares somente podem ser aplicadas de forma isolada, sendo vedada sua cumulação.
- c) A monitoração eletrônica não está prevista como medida cautelar no Código de Processo Penal.
- d) A prisão domiciliar substitui a prisão preventiva e pode ser concedida ao agente maior de oitenta anos, entre outras hipóteses previstas no Código de Processo Penal.
- e) Descumprida qualquer medida cautelar diversa da prisão, o juiz deverá obrigatoriamente decretar a prisão preventiva do acusado, sem possibilidade de substituição.

**6. Acerca do procedimento do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:**

- a) O Tribunal do Júri é competente para o julgamento de todos os crimes dolosos, independentemente da natureza do bem jurídico tutelado.
- b) A decisão de pronúncia encerra definitivamente o processo, sendo equivalente a uma sentença condenatória.
- c) O sigilo das votações é garantia constitucional do Tribunal do Júri, impedindo que os jurados revelem como votaram durante a sessão de julgamento.
- d) Os jurados podem ser liberados do sigilo das votações por decisão do juiz presidente, quando assim requerem as partes.
- e) A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri significa que a decisão dos jurados é absolutamente irrecurável em qualquer hipótese.

**7. Sobre o procedimento penal aplicável aos crimes previstos na Lei n. 11.343/2006 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta:**

- a) O porte de drogas para consumo pessoal é crime punido com pena privativa de liberdade de detenção de até dois anos.
- b) Nos crimes de tráfico de drogas previstos na Lei 11.343/2006, aplica-se integralmente a Lei n. 9.099/95 (juizados especiais), sendo cabível a transação penal.
- c) O flagrante de qualquer crime previsto na Lei de Drogas dispensa a elaboração de laudo de constatação provisória da substância apreendida para a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- d) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é vedada em qualquer hipótese para os condenados pelo crime de tráfico de drogas, independentemente das circunstâncias do caso.
- e) Para os crimes previstos na Lei de Drogas, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias, se o indiciado estiver preso, e de 90 dias, quando solto, podendo esses prazos ser duplicados pelo juiz.

**DIREITO PENAL**

**8. Sobre o princípio da insignificância, analise as proposições abaixo:**

- I. O princípio da insignificância, quando reconhecido, afasta a tipicidade material da conduta, tornando o fato atípico, ainda que típico na forma legal.

II. O STF exige, para aplicação do princípio da insignificância, a presença cumulativa de quatro vetores: mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

III. A reincidência do agente constitui óbice intransponível ao reconhecimento do princípio da insignificância, independentemente das particularidades do caso concreto, pois evidencia maior reprovabilidade do comportamento e afasta o requisito do reduzidíssimo grau de reprovabilidade.

IV. Há maior incidência do princípio da insignificância nos crimes patrimoniais, inclusive naqueles praticados com violência ou grave ameaça.

Estão corretas apenas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

**9. Sobre o tráfico privilegiado previsto no art. 33, §4º, da Lei n.º 11.343/2006, assinale a alternativa correta:**

- a) Reconhecido o tráfico privilegiado, a causa de diminuição de pena será aplicada obrigatoriamente na fração máxima de dois terços, vedando-se ao juiz fixá-la em patamar inferior.
- b) O STF firmou o entendimento de que o tráfico privilegiado possui natureza hedionda, aplicando-se ao agente beneficiado todas as restrições previstas na Lei n.º 8.072/1990.
- c) O tráfico privilegiado exige a presença cumulativa de quatro requisitos: primariedade do agente, bons antecedentes, não dedicação a atividades criminosas e não integração a organização criminosa.
- d) O tráfico privilegiado é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- e) Reconhecido o tráfico privilegiado, é vedada a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.

**10. Ana sofre lesão corporal praticada por seu ex-namorado Carlos, com quem manteve relacionamento afetivo por dois anos, sem nunca ter coabitado. Registrado o boletim de ocorrência, o Ministério Público oferece denúncia pelo crime de lesão corporal no âmbito da Lei n.º 11.340/2006. A defesa de Carlos requer a suspensão condicional do processo e alega que a ação penal depende de representação da vítima. Com base na Lei n.º 11.340/2006 e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:**

- a) A Lei Maria da Penha não se aplica ao caso, pois Ana e Carlos nunca coabitaram, sendo a coabitação requisito indispensável para configuração da violência doméstica e familiar.
- b) A ação penal pelo crime de lesão corporal praticado no contexto de violência doméstica contra a mulher é pública condicionada à representação da vítima, podendo Ana retratar-se a qualquer momento.
- c) A suspensão condicional do processo é cabível no caso, desde que Ana concorde com a proposta formulada pela defesa de Carlos, por se tratar de benefício que depende da anuência da vítima.
- d) A Lei Maria da Penha se aplica ao caso, a ação penal é pública incondicionada e a suspensão condicional do processo é vedada.

- e) A transação penal é aplicável ao caso, pois, não tendo havido coabitação entre Ana e Carlos, o delito não se sujeita ao rito da Lei Maria da Penha.

**11. Durante festa em uma residência, Fernanda, 22 anos, ingere bebida alcoólica em grande quantidade e perde a consciência. Aproveitando-se do estado de inconsciência de Fernanda, Caio, 30 anos, pratica ato libidinoso diverso da conjunção carnal com ela. Caio alega que não houve violência, pois Fernanda estava dormindo e nada sentiu. Com base no Código Penal, assinale a alternativa correta:**

- a) A conduta de Caio não configura crime sexual, pois ausente violência ou grave ameaça explícita.
- b) A conduta de Caio configura importunação sexual, pois não houve conjunção carnal.
- c) A conduta de Caio configura estupro de vulnerável, pois Fernanda, por estar inconsciente, era pessoa que não podia oferecer resistência ao tempo da ação.
- d) A conduta de Caio configura estupro na forma simples (art. 213 do CP), com pena de reclusão de de 6 a 10 anos.
- e) A conduta de Caio só configuraria estupro de vulnerável se Fernanda fosse menor de 14 anos, pois somente nessa hipótese a vulnerabilidade é reconhecida pelo art. 217-A do CP.

**12. Durante uma discussão de trânsito, Anderson desferiu socos em Márcio, causando-lhe ferimentos. Perícia médica posterior atesta que Márcio ficou incapacitado para suas ocupações habituais por 45 dias. Consta nos autos que Anderson agiu sob o domínio de violenta emoção, logo após Márcio tê-lo xingado e cuspidado em seu rosto sem qualquer provocação anterior de Anderson. Com base no caso concreto, na legislação penal vigente, na doutrina e na jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:**

- a) A lesão corporal que resulta em incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias é considerada gravíssima, com pena de reclusão de 2 a 8 anos.
- b) Por ter agido sob o domínio de violenta emoção logo após injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de Anderson de um sexto a um terço.
- c) A lesão corporal que resulta em deformidade permanente é considerada grave, prevista no §1º do art. 129 do Código Penal, com pena de reclusão de 1 a 5 anos.
- d) Se os socos desferidos por Anderson tivessem resultado na perda de dois dentes de Márcio, a lesão seria classificada como gravíssima, por configurar perda ou inutilização de membro, sentido ou função, nos termos do art. 129, §2º, III, do Código Penal.
- e) Como Anderson agiu sob violenta emoção após injusta provocação, o juiz poderá substituir a pena de detenção pela de multa, independentemente da gravidade das lesões.

**13. Durante a madrugada, Jonas, 25 anos, e Fábio, 28 anos, ambos maiores de idade, réus primários e de bons antecedentes, combinam subtrair ferramentas de uma oficina mecânica, avaliadas em R\$ 300,00 (trezentos reais). Jonas fica do lado de fora fazendo a vigilância enquanto Fábio arromba o cadeado da porta e adentra o estabelecimento, subtraindo as ferramentas. Ambos são presos em flagrante nas proximidades do local. Com base no caso concreto, na legislação penal vigente e na jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:**

- a) O furto privilegiado (art. 155, §2º, do CP) é incompatível com o furto qualificado (art. 155, §4º, do CP), sendo vedado o reconhecimento simultâneo de ambos, ainda que os agentes sejam primários e o valor da res furtiva seja inferior ao salário mínimo.

- b) A qualificadora do rompimento de obstáculo exige obrigatoriamente a realização de perícia para sua comprovação, sendo inadmissível sua configuração por outros meios, como imagens de sistema de segurança, prova testemunhal ou confissão do acusado.
- c) Jonas não responde por furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, pois estava do lado de fora e não praticou pessoalmente o arrombamento do cadeado.
- d) A causa de aumento de pena pelo furto noturno (art. 155, §1º, do CP) não se aplica ao furto qualificado (art. 155, §4º, do CP), podendo o juiz, contudo, valorar o horário noturno como circunstância judicial desfavorável na primeira fase da dosimetria da pena.
- e) A qualificadora do concurso de agentes no furto exige que todos os participantes estejam presentes fisicamente no local da execução durante toda a subtração.

**14. Com base nos arts. 23, 24 e 25 do Código Penal, sobre as excludentes de ilicitude, assinale a alternativa correta:**

- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito próprio, não sendo admissível a legítima defesa de direito alheio.
- c) O agente que age em qualquer das hipóteses de excludente de ilicitude não responderá pelo excesso culposo, pois o Código Penal pune apenas o excesso doloso.
- d) Pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo, desde que não tenha provocado a situação de perigo por sua vontade.
- e) Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, o juiz poderá reduzir a pena de um a dois terços nas hipóteses de estado de necessidade, pois, nesse caso, embora não excluída a ilicitude, reconhece-se a menor reprovabilidade da conduta do agente.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**15. A respeito da aplicação da norma processual no tempo, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A norma processual aplica-se retroativamente aos processos já encerrados, desde que mais benéfica às partes.
- b) A norma processual aplica-se apenas aos processos iniciados após sua entrada em vigor, ainda que pendentes recursos em processos anteriores.
- c) A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais já praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.
- d) A aplicação da norma processual no tempo depende de regulamentação específica em cada caso, sendo vedada sua aplicação imediata.
- e) A norma processual retroage automaticamente aos atos praticados sob a vigência da norma anterior, salvo decisão em contrário do tribunal.

**16. Sobre a competência no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A incompetência absoluta deve ser alegada exclusivamente por meio de exceção, em peça apartada da contestação.
- b) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício pelo juiz, a qualquer tempo e grau de jurisdição.

- c) A incompetência absoluta acarreta a nulidade automática de todos os atos do processo, inclusive os decisórios e os instrutórios, vedada qualquer ratificação.
- d) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação, sendo que a incompetência absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição e deve ser declarada de ofício pelo juiz.
- e) A incompetência absoluta sujeita-se à preclusão se não alegada em contestação, equiparando-se à incompetência relativa.

**17. Sobre o prazo de contestação no procedimento comum, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O prazo para contestar é de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, da audiência de conciliação ou de mediação, do protocolo do pedido de cancelamento dessa audiência pelo réu, ou de outro termo inicial previsto em lei.
- b) O prazo para contestar é de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos.
- c) O prazo para contestar é de 10 (dez) dias úteis, contados da citação válida, sem possibilidade de dilação.
- d) O prazo para contestar é de 20 (vinte) dias, contados da publicação do despacho que receber a inicial.
- e) O prazo para contestar fluirá automaticamente da data da distribuição da ação, independentemente da citação.

**18. A respeito das hipóteses de extinção do processo, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A extinção do processo sem resolução de mérito impede, em qualquer hipótese, a propositura de nova ação fundada no mesmo objeto.
- b) A homologação da renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação extingue o processo sem resolução do mérito.
- c) O reconhecimento da prescrição pelo juiz acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual.
- d) A perempção, a litispendência e a coisa julgada são causas de extinção do processo com resolução do mérito.
- e) A extinção do processo sem resolução do mérito ocorre, entre outras hipóteses legais, quando o juiz verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

**19. Sobre a tutela da evidência, prevista no art. 311 do Código de Processo Civil, analise as hipóteses abaixo:**

- I. Ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- II. As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- III. Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.
- IV. A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as hipóteses I e II correspondem à tutela da evidência prevista em lei.
- b) Apenas as hipóteses III e IV correspondem à tutela da evidência prevista em lei.
- c) Apenas as hipóteses I e III correspondem à tutela da evidência prevista em lei.
- d) Todas as hipóteses (I, II, III e IV) são previstas em lei como autorizadoras da tutela da evidência.
- e) Nenhuma das hipóteses corresponde à tutela da evidência prevista em lei.

**20. A respeito da reconvenção, à luz do art. 343 do Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A reconvenção deve ser apresentada em peça apartada, sob pena de não conhecimento, sendo vedada a sua dedução na própria contestação.
- b) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- c) A reconvenção exige identidade absoluta de partes, sendo vedado o seu ajuizamento em litisconsórcio com terceiro.
- d) A desistência da ação principal pelo autor impede a continuidade da reconvenção, ainda que já tenha sido proposta.
- e) A reconvenção é incabível, em qualquer hipótese, contra autor que litigue como substituto processual.

**21. Sobre a denunciação da lide, modalidade de intervenção de terceiros prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A denunciação da lide é cabível, exclusivamente, na hipótese de garantia da posse direta, sendo vedada em outras situações.
- b) A denunciação da lide pode ser feita exclusivamente pelo réu, sendo vedada ao autor.
- c) A denunciação da lide é admissível, entre outras hipóteses, em face daquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.
- d) A denunciação da lide é figura obrigatória em qualquer ação de regresso, sob pena de extinção do direito de regresso.
- e) A denunciação da lide acarreta, sempre, a litispendência entre denunciante e denunciado, mesmo após o trânsito em julgado da sentença.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**22. A respeito do princípio constitucional da publicidade aplicado à Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A publicidade dos atos administrativos é facultativa, ficando ao critério do administrador a decisão sobre a divulgação.
- b) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- c) A publicidade dos atos administrativos pode incluir, livremente, nomes e imagens das autoridades responsáveis, como instrumento de transparência e prestação de contas.
- d) A publicidade dos atos administrativos restringe-se à imprensa oficial, sendo vedada qualquer forma alternativa de divulgação.

e) A publicidade é princípio infraconstitucional, decorrente apenas da Lei nº 9.784/99.

**23. Sobre os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A presunção de legitimidade e veracidade é atributo de caráter absoluto, não admitindo prova em contrário pelo administrado, em razão da supremacia do interesse público.
- b) A autoexecutoriedade é atributo inerente a todo e qualquer ato administrativo, dispensando, em qualquer hipótese, autorização legal ou situação de urgência para que a Administração execute diretamente suas decisões.
- c) A tipicidade consiste na possibilidade de a Administração impor obrigações a terceiros independentemente de sua concordância, sendo manifestação direta da supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive nos atos negociais e nos atos meramente enunciativos.
- e) A imperatividade, atributo pelo qual a Administração impõe unilateralmente obrigações a terceiros, independentemente de sua concordância, não se faz presente em todos os atos administrativos, estando ausente, por exemplo, nos atos negociais e nos atos enunciativos.

**24. Acerca do dever de motivação dos atos administrativos, conforme a Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo Federal), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A motivação é exigível apenas em atos discricionários, sendo dispensada em atos vinculados.
- b) A motivação dos atos administrativos é mera faculdade do administrador, podendo ser dispensada por conveniência.
- c) Os atos administrativos sancionatórios dispensam motivação quando a sanção for de mera advertência.
- d) A motivação é exigida apenas dos atos discricionários praticados por agentes políticos.
- e) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, especialmente quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses; imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções; ou decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública, entre outras hipóteses legais.

**25. Acerca dos atributos do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O poder de polícia administrativa constitui função tipicamente jurisdicional, exercida pelo Poder Judiciário no controle de atos do Poder Executivo, sendo vedado à Administração editar atos restritivos de direitos sem prévia autorização judicial.
- b) A discricionariedade que caracteriza o poder de polícia é atributo absoluto, conferindo à Administração liberdade plena para escolher quaisquer meios de fiscalização e sanção, independentemente de previsão legal e de juízo de proporcionalidade.
- c) A autoexecutoriedade autoriza, em regra, a Administração a pôr em prática diretamente seus atos de polícia, sem necessidade de prévia autorização do Poder Judiciário, especialmente nas situações de urgência ou quando expressamente prevista em lei.
- d) A coercibilidade significa que a eficácia das medidas de polícia depende da prévia anuência do administrado, de modo que o ato somente poderá ser executado após o consentimento expresso do destinatário.
- e) O poder de polícia administrativa confunde-se com a atividade de segurança pública desempenhada pelas polícias militares e civis, restringindo-se à manutenção da ordem nas vias públicas e à apuração de infrações penais.

**26. A Lei nº 14.133/21 confere à Administração Pública prerrogativas no regime dos contratos administrativos, tradicionalmente designadas cláusulas exorbitantes. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O regime jurídico dos contratos administrativos garante ao particular o direito de modificar unilateralmente o contrato para adequá-lo a suas finalidades comerciais.
- b) A aplicação de sanções administrativas ao contratado depende, sempre, de prévia decisão judicial transitada em julgado.
- c) Entre as prerrogativas da Administração estão a modificação unilateral do contrato, sua extinção unilateral nas hipóteses legais, a fiscalização da execução, a aplicação de sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste e a ocupação provisória de bens móveis e imóveis nas hipóteses legais.
- d) A modificação unilateral do contrato pode ser feita pela Administração sem qualquer respeito aos direitos do contratado, em razão da supremacia do interesse público.
- e) A Administração não pode fiscalizar a execução do contrato, pois esta atividade compete ao próprio contratado.

**27. Sobre a permissão de serviço público, à luz da Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A permissão de serviço público é a delegação, em caráter definitivo e irrevogável, da prestação de serviços públicos a pessoa jurídica de direito público.
- b) A permissão de serviço público dispensa licitação e prévia autorização do poder concedente, podendo ser firmada por mero ato administrativo.
- c) A permissão de serviço público somente pode ser firmada com pessoa jurídica, vedada a sua celebração com pessoa física.
- d) A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- e) A permissão de serviço público confere ao permissionário o direito de explorar o serviço por prazo indeterminado, vedada sua rescisão pelo poder concedente.

**28. Sobre o controle externo da Administração Pública, exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas, à luz da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.
- b) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, entre outras atribuições, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- c) O Tribunal de Contas integra a estrutura do Poder Judiciário e profere decisões com força de coisa julgada material.
- d) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas anuais do Presidente da República, dispensando-se a apreciação pelo Poder Legislativo.
- e) O controle externo limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, sendo vedada a fiscalização sob aspectos de legitimidade, economicidade ou eficiência.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**29. Qual remédio constitucional permite que qualquer cidadão busque anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural?**

- a) Mandado de Injunção
- b) Mandado de Segurança
- c) Habeas Data
- d) Ação Popular
- e) Ação Civil Pública

**30. A emenda constitucional é importante instrumento de reforma e atualização da Constituição Federal. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:**

- a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, mas é cabível proposta de emenda durante estado de defesa e estado de sítio.
- b) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- c) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, mas é cabível proposta de emenda durante intervenção federal e de estado de sítio.
- d) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- e) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de sítio, desde que a iniciativa seja do Presidente da República.

**31. Após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, é cabível a aprovação de súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. Qual órgão tem iniciativa para aprovas súmulas vinculantes?**

- a) Superior Tribunal da Justiça
- b) Conselho Nacional de Justiça
- c) Tribunal de Justiça
- d) Supremo Tribunal Federal
- e) Tribunal Regional Federal

**32. O direito de reunião é um dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal. Sobre o tema assinale a alternativa correta:**

- a) todos podem reunir-se pacificamente, ainda que com armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, desnecessário prévio aviso à autoridade competente.

- b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que autorizados e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido aviso posterior à autoridade competente.
- c) todos podem reunir-se pacificamente, ainda que com armas, em locais abertos ao público, desde que com autorização da autoridade competente e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido aviso posterior à autoridade competente.
- e) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

**33. A Constituição Federal traz em seu artigo 5º, inciso XLV, o Princípio da Intranscendência ou Pessoalidade da Pena. Segundo esse princípio:**

- a) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, ficando vedada a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, ainda que até o limite do valor do patrimônio transferido.
- b) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, sem limitação com relação ao valor transferido.
- c) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, ficando vedada a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, desde que por decisão judicial.
- d) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- e) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, vedada a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser estendidas aos sucessores, independentemente do patrimônio do sucessor.

**34. Em relação à ação popular, prevista no art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

- a) O cidadão que comprove regularidade fiscal pode propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- b) O Ministério Público, após provocado por qualquer cidadão, pode propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- c) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.

- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou privado com relevância social.
- e) A ação popular só pode ser proposta pelo Ministério Público, não sendo admitida a propositura por cidadão.

**35. O art. 14, § 3º, da Constituição Federal estabelece os requisitos que o cidadão deve preencher para concorrer a cargos eletivos. Assinale a alternativa que indica, corretamente, duas condições de elegibilidade, na forma da lei:**

- a) alistamento eleitoral e desfiliação partidária
- b) domicílio eleitoral na circunscrição e nacionalidade brasileira
- c) filiação partidária e domicílio eleitoral fora da circunscrição
- d) residência brasileira e pleno exercício dos direitos políticos
- e) pleno exercício dos direitos políticos e desfiliação partidária

**36. Com relação às condições de elegibilidade previstas no art. 14, §3º, da Constituição Federal, existe a exigência de idade mínima para determinados cargos eletivos. Com dezoito anos, o cidadão que preencha as demais condições de elegibilidade, poderá ocupar o seguinte cargo:**

- a) Governador do Estado
- b) Vereador
- c) Prefeito
- d) Deputado Estadual
- e) Prefeito de Município até 20.000 (vinte) mil habitantes

**37. A Constituição Federal de 1988 atribui à União, no art. 21, um rol de competências materiais exclusivas, indelegáveis aos demais entes federativos. Assinale a alternativa que apresenta uma matéria que NÃO se inclui entre as competências exclusivas da União:**

- a) Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais
- b) Legislar sobre direito penal, processual e eleitoral
- c) Emitir moeda
- d) Declarar a guerra e celebrar a paz
- e) Manter o serviço postal e o correio aéreo nacional

**38. Aos deputados e senadores é assegurada a imunidade material e a imunidade formal. Com relação à imunidade material, assinale a alternativa correta:**

- a) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil, penalmente e administrativamente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos;

- b) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidas no interior das casas legislativas.
- c) Os Deputados e Senadores são invioláveis, penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, mas a responsabilidade civil permanece.
- d) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civilmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, mas a responsabilidade penal permanece.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

#### **DIREITO CIVIL**

#### **39. A personalidade civil da pessoa natural começa do:**

- a) Nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- b) Registro de nascimento lavrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais.
- c) Momento em que o indivíduo atinge a maioridade civil (18 anos completos).
- d) Primeiro ano de vida completo ou do batismo.
- e) Deferimento de sua inscrição junto ao Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

#### **40. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos da redação atual do art. 3º do Código Civil:**

- a) Os menores de 18 anos.
- b) Os pródigos e os ébrios habituais.
- c) Os menores de 16 anos.
- d) Aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- e) Os viciados em tóxico e os deficientes mentais graves.

#### **41. O art. 82 do Código Civil define como bens móveis:**

- a) O solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- b) Os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) As edificações que, separadas do solo, conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele mesmo se reempregarem.
- e) Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

#### **42. Os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade denominam-se:**

- a) Bens imóveis por acessão intelectual.
- b) Bens infungíveis.
- c) Bens consumíveis de uso exclusivo.
- d) Bens singulares complexos.
- e) Bens fungíveis.

**43. A validade do negócio jurídico requer os seguintes elementos expressos nos arts. 104 e 107 do Código Civil, EXCETO:**

- a) Agente capaz.
- b) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- c) Forma prescrita ou não defesa em lei.
- d) Instrumento público obrigatoriamente lavrado em Cartório de Notas em todo e qualquer negócio jurídico.
- e) Manifestação de vontade livre de coação absoluta.

**44. Nos termos do art. 1.196 do Código Civil, considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à:**

- a) Propriedade.
- b) Locação predial apenas.
- c) Detenção por ordens de subordinação hierárquica.
- d) Herança jacente ou vacante.
- e) Promessa de compra e venda não registrada.

**45. A propriedade do bem imóvel transfere-se entre vivos mediante (art. 1.245):**

- a) A simples entrega física das chaves do imóvel (tradição).
- b) O contrato verbal feito perante duas testemunhas instrumentais.
- c) O pagamento integral da última parcela do contrato de compra e venda.
- d) O registro do título translativo no Registro de Imóveis competente.
- e) A imissão provisória na posse autorizada pelo vendedor.

#### DIREITO DO CONSUMIDOR

**46. De acordo com o CDC, o consumidor pode ser entendido como?**

- a) pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) somente pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- c) somente pessoa jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- d) pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como revendedor.
- e) somente pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como revendedor.

**47. De análise das alternativas abaixo, assinale a que NÃO corresponde aos direitos básicos do consumidor:**

- a) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;
- b) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;
- c) a informação inadequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
- d) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

e) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

**48. A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas é:**

- a) Proibida pelo CDC.
- b) Um direito básico do consumidor.
- c) Uma faculdade exclusiva do fornecedor.
- d) Permitida apenas com a anuência do Ministério Público.
- e) Permitida apenas com a anuência da Defensoria Pública.

**49. De acordo com o § 1º do art. 3º do CDC, produto é qualquer bem, móvel ou imóvel:**

- a) Apenas material.
- b) Apenas imaterial.
- c) Exclusivamente digital.
- d) Material ou imaterial.
- e) Apenas de origem nacional.

**50. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em \_\_\_\_\_ dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis. Preenche corretamente a lacuna do art. 26, I:**

- a) 5 dias.
- b) 15 dias.
- c) 30 dias.
- d) 60 dias.
- e) 90 dias.